



**UDIPSS
LISBOA**

UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Nº9 / MARÇO 2023



CONHEÇA A IPSS

**CENTRO SOCIAL
PAROQUIAL DA PÓVOA
DE SANTO ADRIÃO**



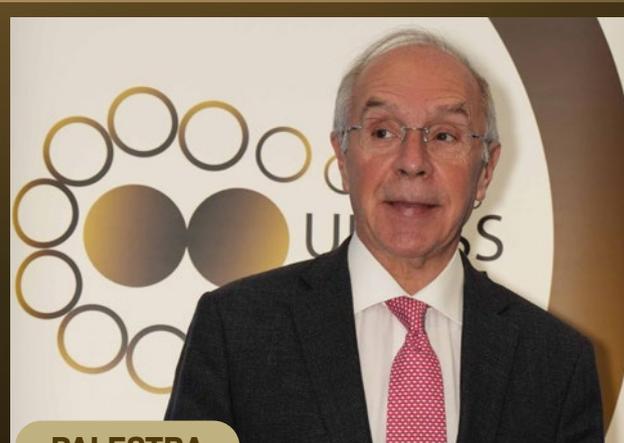
TOMADA DE POSSE

DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS PARA 2024-2027



ENTREVISTA

**PATRIARCA DE LISBOA,
D. RUI VALÉRIO**



PALESTRA

**LUÍS MARQUES MENDES
A CONVITE DA UDIPSS LISBOA**

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

O QUE MUDOU NO CONCELHO DE ODIVELAS

OPINIÃO

POR UM MELHOR FUTURO

CRESCER EM LIBERDADE



JOSÉ CARLOS BATALHA
PRESIDENTE DA DIREÇÃO



Estamos a festejar abril e os 50 anos da Revolução de 74. E estamos a receber um novo governo e, no caso do Setor Social Solidário, uma nova ministra e nova equipa da área social.

As expectativas renovam-se e surge uma centelha de esperança face a este novo ciclo político. Será que é desta que o Governo nos ouve e responde, com eficácia, às nossas justas exigências?

A liberdade conquistada no País há cinco décadas abriu caminho a muitas instituições que, atualmente, prestam um serviço valioso (e imprescindível) nas comunidades onde estão inseridas. Mas são também essas instituições que vivem “presas” a dificuldades financeiras, questões burocráticas com a “tutela”, receio das auditorias persecutórias da Segurança Social, recursos humanos mal pagos, entre muitas outras.

Dá a sensação que estamos sempre a falar do mesmo. Neste espaço editorial tenho feito constantes chamadas de atenção para o que falta fazer! Falta chegar à comparticipação de 50% por parte do Estado, prometida, mas ainda longe de concretizada. Falta fazer a revisão do regime fiscal, com a redução da taxa de IVA para os 6%. E também falta fazer a regulamentação da Lei de Bases da Economia Social e consagrar o devido reconhecimento pelo princípio da autonomia, entre outras matérias.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social querem e necessitam de crescer em Liberdade.

Como se fossem ramos de oliveira (a da foto, está no Centro de Dia e Lar de Santa Ana de Azinha “Lar dos Afetos”, na Guarda), as Instituições Particulares de Solidariedade Social mostram que são símbolos de resiliência e de esperança.

No conceito bíblico, esta árvore de raízes fortes, mas cujos ramos estão expostos à intempérie, representa um local de transmissão de ensinamentos. Também as IPSS procuram frutificar em terreno difícil, com o objetivo de levar a todos a sua missão solidária. Neste contexto, a UDIPSS Lisboa tem também inúmeros desafios pela frente.

Com uma renovada equipa na Direção e demais Órgãos Sociais, temos, sobretudo, dois objetivos prioritários: reforçar o contato com as Associadas e chegar a mais IPSS do distrito de Lisboa.

Precisamos ser mais (em número) e mais visíveis, para que, em união e a uma só voz, possamos tornar mais forte o Setor Social Solidário. ●●

UDIPSS LISBOA QUER NOVA VISÃO PARA O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO

Na tomada de posse dos novos Órgãos Sociais para o quadriénio 2024-2027, ouviram-se vários reptos em defesa do Setor Social Solidário e alertas para a necessidade de apoiar mais as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A cerimónia decorreu no dia 4 de março, depois da →



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL, DIÁCONO HORÁCIO FÉLIX

“Sabemos com está a situação atual, caracterizada pelo aumento do número de pessoas que estão no limiar da pobreza, mas com uma agravante, muitas dessas pessoas têm emprego (...) E temos de responder a todas estas necessidades com o apoio por parte do Estado Central, que, em termos reais, tem vindo a diminuir de ano para ano”.



PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA UDIPSS LISBOA, JOSÉ CARLOS BATALHA

“É oportuno que reafirmemos o papel insubstituível que as IPSS têm como pilar estruturante do nosso modelo português de Estado Social, que se implemente um quadro de são relacionamento na cooperação tripartida entre o Estado Central, o Estado Autárquico e as Instituições, na lógica do princípio da subsidiariedade, na confiança recíproca, que respeite a autonomia e a identidade das Instituições.”



“Desejamos referir que nenhum governo, nenhum estado, nenhum poder estará legitimado para enfraquecer ou obstaculizar, para reduzir, controlar ou asfixiar, seja por preconceitos ideológicos ou por qualquer outro tipo de razão esta expressão organizada da sociedade civil, esta esta nossa realidade dinâmica, que de alma e coração, chega onde o braço do Estado não é capaz de chegar, este nosso Sector Social Solidário.”



PRESIDENTE DA CNIS, PADRE LINO MAIA

“O Estado tem de assumir, de facto, a Proteção Social. (...)”

“A Proteção social tem de ser uma preocupação, uma competência do Estado. Não quer dizer que tem de ser o Estado a proteger diretamente, a ter só serviços seus de Proteção Social. Mas tem de se preocupar com a Proteção Social de todos. É fundamental, é muito importante. Mas podemos dizer que já temos uma Segurança Social. Pela Constituição, há alguns direitos universais (...) o Direito à Educação, (...) o direito à Saúde, (...) não há o direito à Proteção Social.”

“Nos estudos que temos, vemos que 38% do financiamento das IPSS é feito pelo Estado, 33% é feito pelas participações dos utentes (...) dá 71%. Das autarquias só 0,8% é o apoio para as IPSS. (...) Apoiam nas construções, mas depois esquecem-se das IPSS. Como grande conquista também do 25 de abril, peço aos nossos autarcas que olhem também para este Setor. O Estado Central em primeiríssimo lugar, mas o Estado Local que são as autarquias, que conhecem os problemas tão bem ou melhor que os dirigentes das IPSS, deem também as mãos às IPSS, penso que é importante.”

VEREADORA SOFIA ATHAYDE

(PELOURO DOS DIREITOS SOCIAIS)
C.M. LISBOA

“Reunimos com todas as instituições com o propósito de ouvir, conhecer, para poder resolver. Hoje todas as Instituições de Lisboa podem usar uma via verde que criámos e que as liga diretamente aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. Temos um conjunto de necessidades comuns e a CML tem



apoios e respostas que as Instituições precisa, e essas informações não estavam a chegar. Lisboa tem esta proteção social. É esta relação de proximidade que eu quero realçar, saudar e agradecer.”



assembleia eleitoral de dia 1 de março. Com uma lista candidata, as Associações reconduziram o grupo liderado por José Carlos Batalha.

Partilhamos o registo fotográfico e alguns excertos dos discursos, que estão também disponíveis no Canal Youtube da UDIPSS Lisboa. ●●



Pe. Lino Maia, Presidente da CNIS, e Eleutério Alves (Vice-presidente) com Luís Marques Mendes



Diretora adjunta Segurança Social do Centro Distrital de Lisboa, Sandra Marcelino



Rita Valadas, Presidente da Caritas Portuguesa

LUÍS MARQUES MENDES, ORADOR CONVIDADO

“Esse Setor, seja na componente de apoio às crianças, seja na componente do apoio à terceira idade, seja noutras áreas da proteção social, desde cedo me disse muito. Não apenas pelos discursos, mas sobretudo pela vivência em concreto, e há nada melhor do que viver o prazer de trabalhar, de colaborar, de ajudar numa Instituição de Solidariedade Social. (...) E é por isso que talvez seja, num país que tem tantos comentadores, devo ser o único que, de vez em quando, falo do setor social. (...)”

“Em poucos anos, tudo já neste século, três crises graves e aqui se viu o peso, a importância, a sensibilidade, a solidariedade do Setor Social. Só isto devia ser mais do que suficiente para os poderes públicos acordarem. Eu acho que não é um problema de má vontade, é um problema de falta de sensibilidade. E é, preciso, de facto, mudar aqui qualquer coisa.”

(O Setor Social) “Primeiro: cumpre uma tarefa que é verdadeiro serviço público (...)

Serviço público pode ser desempenhado pela sociedade e é



o que está a ser feito por estas Instituições e várias outras do Setor Social.

Segundo: a sua importância decisiva, é que poupam imenso dinheiro ao Estado. O Estado ajuda, financia, comparticipa, mas se o Estado tiver de agir diretamente, sem ser por intermediação destas instituições, o Estado gasta muito mais (...)”

“Se a questão é mexer na Constituição, é mexer nas leis, eu diria que isso tudo é importante, mas, acima de tudo, é preciso mudar as práticas e os comportamentos.”

“Este setor ainda é visto, em grande medida, como uma espécie de parente pobre (...)”

Essa natureza, esse défice, tem de mudar. Porque aquilo que dá autoridade para exigir e bater o pé são os resultados, e estas instituições têm resultados.

O País tem níveis de pobreza altos, tem. Sem estas Instituições, esses níveis de pobreza seriam muito mais altos. Há défices da proteção social, há. Haveria ainda mais se estas Instituições não existissem.

Darei a minha ajuda para dar visibilidade à causa, aos objetivos, às preocupações, à sensibilidade” (do Setor Social)

Órgãos Sociais UDIPSS Lisboa 2024 - 2027

ASSEMBLEIA GERAL		
PRESIDENTE	Diácono Horácio Félix	Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Luz
SECRETÁRIA	Teresa Duarte	AEIPS - AEIPS - Associação Estudo Integração Psicossocial
SECRETÁRIA	Elsa Lopes	Centro Social Paroquial de São Brás
SUPLENTE	Marta Carreira	ABLA - Associação Beneficência Luso-Alemã

CONSELHO FISCAL		
PRESIDENTE	Manuel Figueiredo	A Voz do Operário
VOGAL	Vitor Carramão	Associação para a Educação de Crianças Inadaptadas
VOGAL	Victor Duarte	Centro Social Paroquial Cacém
SUPLENTE	João Rocha	Associação Solidariedade Social Vencer Casal Popular da Damaia

DIREÇÃO		
PRESIDENTE	José Carlos Batalha	Centro Social Paroquial Azambuja
VICE-PRESIDENTE	Carlos César	Crevide
TESOUREIRO	Marco Fernandes	Associação Nossa Senhora dos Anjos
SECRETÁRIO	José Casaleiro	APAC - Associação Popular de Apoio à Criança
VOGAL	André Rica	EMDIPP – Equipa Móvel de Desenvolvimento Infantil e Intervenção Precoce
VOGAL	Manuel Gomes	Centro de Promoção Juvenil
VOGAL	Maria João Quintela	APP – Associação Portuguesa de Psicogerontologia
SUPLENTE	Lúcia Rodrigues	Centro Social Paroquial Póvoa de Santo Adrião
SUPLENTE	Ana Paula Pinto	IASFB – Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL

O QUE DIZEM OS AUTARCAS?

Um ano depois da transferência de competências da área Social, continuamos a registar a avaliação dos autarcas do distrito de Lisboa. O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, explica, nesta edição, o que mudou no seu Concelho.

- O que mudou com a Transferência de Competências no domínio da Ação Social, no seu Concelho?

Como é do conhecimento público, a partir de 3 de abril de 2023, com a publicação do decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretizou-se a transferência de competências para os órgãos municipais no âmbito da Ação Social.

Desde então, e em termos formais, os municípios passaram a assegurar o Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo as situações de Emergência Social e o acompanhamento social dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Em Odivelas esta mudança teve tradução, nomeadamente:

- No reforço dos Serviços municipais desta área, com quatro Técnicos, para garantir o acompanhamento das situações de Emergência Social e a Coordenação do Núcleo Local de Inserção (NLI) do RSI;

- Na celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as quatro Juntas e Uniãos de Freguesias do Concelho para assegurar o SAAS, através de uma comparticipação financeira anual de € 25.000,00, a cada uma das freguesias;

- Na celebração de cinco Protocolos de Cooperação com entidades parceiras locais (IPSS's), para desenvolvimento do SAAS, através de uma comparticipação financeira anual de € 5.000,00 a cada uma das entidades;

- Na celebração de dois Protocolos de Cooperação com entidades parceiras locais (IPSS's) para acompanhamento dos 1.200 processos existentes, relativos aos agregados familiares beneficiários de RSI, através de uma comparticipação financeira anual global de € 384.000,00.

Importa, no entanto, referir que, anteriormente a esta



transferência de competências, já o Município de Odivelas tinha implementado um conjunto de respostas de proximidade no atendimento social aos seus munícipes, que representavam a nossa preocupação com as pessoas mais vulneráveis. Destaco, a título de exemplo, o Fundo de Auxílio Social de Emergência (FASE), os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP's) ou o Núcleo de Planeamento e Intervenção com pessoas em situação de Sem-abrigo (NPISA) – com a existência de uma parceria que acompanha esta população diariamente na rua, através da distribuição de refeições quentes e a disponibilização de vários serviços que visam a dignificação da pessoa.

Realço, ainda, que a atual transferência de competências trouxe, igualmente, responsabilidades acrescidas na Carta Social e em outros domínios da Ação Social que se encontram a ser implementados no nosso trabalho diário junto da população e com os diversos parceiros sociais.

- Como está a ser articulada a nova competência da autarquia com os dirigentes, atividades e valências do Setor Social no concelho?

Conforme referi anteriormente, no Concelho de Odivelas existia já um historial de trabalho em parceria nesta área, concretamente desde 2016, em que implementámos um Protocolo de Parceria para desenvolvimento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI). Através deste Protocolo, um conjunto de entidades sociais parceiras assumiram o atendimento e acompanhamento social dos agregados familiares em situação de vulnerabilidade social.

A implementação desta metodologia de intervenção emergiu da necessidade de qualificar o atendimento social e o trabalho em parceria, com vista a uma resposta mais eficaz e eficiente relativamente às solicitações existentes. Um modelo assente nos princípios do trabalho em parceria, na territorialização da intervenção e na participação efetiva de todos os intervenientes.

Naturalmente que, consistindo este serviço em assegurar o atendimento, o apoio e o acompanhamento às pessoas e às famílias em situação de pobreza e de exclusão social, é reconhecido que grande parte destes casos envolve problemas complexos. Recorre daí a necessidade de adoção de uma abordagem multidimensional e de um modelo que preconiza o trabalho em rede, como também uma forte coordenação entre as várias instituições com intervenção social local.

Neste contexto, entendemos que a celebração de protocolos específicos com IPSS's do Concelho constituiu uma mais-valia já que estas entidades, além da experiência que

“Quebrar ciclos de pobreza e contribuir para uma vida digna de quem reside no concelho de Odivelas é um compromisso que levamos muito a sério.”

detêm no atendimento social, disponibilizam um conjunto de respostas complementares (como o apoio alimentar, vagas em creches, o serviço de apoio domiciliário, entre outros). Tais respostas assumem-se, de facto, como um benefício acrescido na promoção da autonomia e na inserção comunitária e profissional de muitas pessoas e famílias.

- Prioridades(s) e/ou Desafios(s) para esta nova competência autárquica.

São vários os desafios que se colocam às autarquias locais nesta nova dinâmica.

A prestação de um serviço público de proximidade e qualidade torna-se, mais do que nunca, um imperativo e uma exigência, pelo que se impõe uma abordagem integrada e personalizada de intervenção, focada na pessoa e no seu bem-estar.

Será imprescindível, neste sentido, entre outras tarefas, assegurar o atendimento à população em emergência social, garantir o atendimento e o acompanhamento social, bem como dar continuidade à dinamização da Rede Social e à participação dos parceiros, zelando pelos mais vulneráveis e pela supressão das suas necessidades básicas.

Sem dúvida que estamos perante alterações significativas no atual paradigma de intervenção social, que se revelam desafiadoras para os municípios, que assumem novas responsabilidades e a quem cabe, agora, encontrar respostas consonantes com a realidade dos seus territórios.

Continuaremos, assim, a trabalhar de forma transversal na nossa ação diária, uma vez que as dificuldades apresentadas pelas pessoas e pelas famílias se revestem de múltiplas naturezas (carência económica, carência habitacional, etc.), por forma a conseguir garantir ir ao encontro dos seus anseios e necessidades. Quebrar ciclos de pobreza e contribuir para uma vida digna de quem reside no concelho de Odivelas é um compromisso que levamos muito a sério. ●●

Hugo Martins

Presidente Câmara Municipal de Odivelas

Dom Rui Valério é o atual Patriarca de Lisboa (desde setembro de 2023) e mantém as funções de Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança (desde dezembro de 2018). Nasceu a 24 de dezembro de 1964, na freguesia de Urqueira, no concelho de Ourém. É mais uma voz que apresentamos neste espaço aberto a personalidades que refletem sobre o setor social e a sociedade.

AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS AJUDAM A RESOLVER UM PROBLEMA MORAL, “A FOME DOS OUTROS”

- Desafios (ou principal desafio) na Diocese de Lisboa?

O território da diocese de Lisboa corresponde ao distrito de Lisboa e alguns municípios da região sul do distrito de Leiria: do Tejo a Alcobaça e do Atlântico à Azambuja. Como acontece em muitas capitais europeias, Lisboa é um espaço de enormes contrastes sociais: encontra-se a chamada elite social e económica e encontram-se muitas pessoas que por circunstâncias da vida ou por andarem em busca de uma oportunidade de sobrevivência, aqui procuram o necessário para uma vida digna. Tudo isto acontece numa grande multiculturalidade, com várias dezenas de nacionalidades presentes no espaço de Lisboa. Sabemos que, infelizmente, muitas pessoas acabam por viver em graves situações de pobreza. Juntam-se à pobreza problemas como a violência, a desagregação da instituição familiar e tantas outras coisas que não permitem que cada um viva com o necessário do ponto de vista físico, psicológico, espiritual, social, cultural. Tudo isto preocupa o coração dos cristãos em geral e o de um Bispo em particular. Assim, parece-me agora necessário mais que nunca ativar e reativar redes de apoio e entrelaçadas que permitam que cada pessoa encontre o necessário para viver com dignidade. Como aconteceu em todos os tempos desde Cristo, os cristãos são o fermento que pode levedar a massa da sociedade com a autêntica caridade cristã, que não é só um assistencialismo, mas um cuidado autêntico por cada

“Como Patriarca de Lisboa quero ajudar a que cada paróquia, igreja, capela, família cristã, instituição de solidariedade social seja sinal destes braços abertos para acolher todos”

pessoa que é um dom de Deus.

- Que lição devemos tirar da Jornada Mundial da Juventude realizada em Lisboa?

Na nossa sociedade por vezes vive-se se não uma desconfiança, pelo menos uma certa condescendência com os jovens. A Jornada Mundial da Juventude veio mostrar que os jovens são não só capazes de sonhar em grande, mas também de realizar coisas grandes. A JMJ Lisboa 2023 foi uma iniciativa de jovens para jovens, em torno da figura carismática do Papa Francisco. Os jovens são, assim, verdadeiros protagonistas do «hoje» da Igreja e do mundo, como tem recordado o Papa: os jovens não são o amanhã, são o hoje! Talvez as estruturas da nossa sociedade – políticas, culturais, sociais, eclesiais e tantas outras – precisem de uma transfusão de sangue jovem: é importante dar espaço aos jovens para mostrarem o que valem. Penso que esta foi uma das principais lições da JMJ. Outra lição foi mostrar como o nosso país sabe acolher todos: o coração português tem o tamanho do mundo e a JMJ foi prova disso. É algo que temos sempre de reaprender, sobretudo nestes tempos de multiculturalismo e em que tantos desafios se colocam à nossa sociedade: é preciso acolher e saber acolher.

- Como é que se cumpre o apelo do Papa Francisco “todos, todos, todos”?

O Papa Francisco repetiu aquela mesma palavra →

“A JMJ Lisboa 2023 foi uma iniciativa de jovens para jovens, em torno da figura carismática do Papa Francisco. Os jovens são, assim, verdadeiros protagonistas do «hoje» da Igreja e do mundo, como tem recordado o Papa: os jovens não são o amanhã, são o hoje!”



que Jesus Cristo disse aos discípulos quando, depois da Ressurreição, conferiu à Igreja em geral e aos cristãos em particular uma missão: «Ide por todo o mundo, batizai, anunciai a todos os povos». Como o Papa Francisco dizia usando o exemplo da Capelinha das Aparições em Fátima, a Igreja tem de ser uma casa de portas abertas, uma casa sem portas. Uma casa onde habita uma família que no centro tem Deus e que, por isso, se sabe enviada a todos e acolhedora de todos os que dela se aproximam. Como Patriarca de Lisboa quero ajudar a que cada paróquia, igreja, capela, família cristã, instituição de solidariedade social seja sinal destes braços abertos para acolher todos, de forma particular aqueles e aquelas que se encontram nas periferias, físicas e sociais, da nossa Diocese de Lisboa. Só assim o que o Papa Francisco nos disse deixa de ser apenas uma frase para repetir e passa a ser uma realidade que transforma.

- As dificuldades das famílias continuam a aumentar. O que considera que se deve fazer mais para combater a pobreza e a exclusão social no País?

No centro da Doutrina Social da Igreja está a instituição familiar, fundada no matrimónio entre homem e mulher. Por isso, todo o esforço da Igreja por estar presente na sociedade se baseia na família. Só se pode combater a pobreza e a exclusão social promovendo a instituição familiar, enquanto tal, e cada família em particular, como lugar onde se nasce, se cresce, se forma e se envelhece. Temos um grande drama na nossa sociedade, que é o isolamento: por exemplo, os censos de 2021 indicaram que mais de um milhão de portugueses viviam sozinhos. No mesmo estudo também se contaram quase meio milhão de famílias monoparentais em Portugal. A pessoa humana é um ser social e a sociedade mais básica e fundamento de toda a sociedade é a família: é preciso criar as condições e ajudar a que a família se torne uma vez mais o centro da vida humana em Portugal. É necessário que se tomem decisões a nível político que defendam a família e que sejam verdadeiro auxílio sobretudo para as famílias mais jovens, que querem ter casa, dar as melhores condições de saúde, educação e sustentação aos filhos. Há muito a fazer

“o trabalho destas instituições é quase sempre um trabalho discreto e silencioso, mas que faz muito bem. Sobretudo, seria importante valorizar as pessoas que colaboram como funcionários, voluntários, cargos organizativos, etc..”



para colocar a família no centro e como fundamento da nossa sociedade.

- As instituições sociais da Igreja e as Instituições do Setor Social e Solidário não fecham a porta a ninguém que precise de ajuda. O seu trabalho devia ser mais valorizado?

Escrevia Sophia de Mello Breyner, no conto O Jantar do Bispo: «Da nossa própria fome podemos dizer que é um problema material e prático. A fome dos outros é um problema moral». As instituições sociais da Igreja e o setor social e solidário estão no terreno para ajudar a resolver este problema moral. E há muitos tipos de fome que as pessoas concretas que servem estas

instituições estão a matar, em tantas pessoas que precisam de comida, de medicamentos, de apoio social e, tantas vezes, apenas de uns minutos de conversa e de consolo. Há muito bem a ser feito, a cada momento, por estas instituições. Todos sabemos que o bem não faz barulho, ou pelo menos não faz tanto barulho como o mal. Por isso, o trabalho destas instituições é quase sempre um trabalho discreto e silencioso, mas que faz muito bem. Sobretudo, seria

importante valorizar as pessoas que colaboram como funcionários, voluntários, cargos organizativos, etc.. Fazem um trabalho que muitas pessoas não estão dispostas a fazer. Seria bom que se criassem as condições para que estas instituições tivessem mais estabilidade financeira, porque os seus funcionários são também membros de famílias que, por sua vez, são células básicas da nossa sociedade. ●●

ASSEMBLEIA GERAL DA UDIPSS LISBOA



Decorreu no dia 6 de abril, no Centro Social Paroquial S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, para aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2023. ●●



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO 2023-2024

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, participou no encontro, no dia 30 de janeiro, organizado pela CNIS para esclarecer o Compromisso de Cooperação em vigor. O evento decorreu n'A Voz do Operário, em Lisboa, e contou com a presença do presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Pe. Lino Maia. ●●

REFERÊNCIAS



Capa do Jornal Solidariedade - CNIS



Sofia Athayde
5/03 · G

Cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da Udipss Lisboa (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social). Foi muito bom poder testemunhar esta que é mais uma prova irrefutável da determinação e da vitalidade do setor social do nosso distrito.

A Câmara Municipal de Lisboa é grata, e reconhece, o enorme valor do trabalho das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Sem este trabalho, único e insubstituível, o Setor Social não existiria como o conhecemos. E não poderia chegar às pessoas - tantas! - que serve todos os dias. Lisboa é infinitamente mais rica com o vosso trabalho. Bem hajam!

#udipss #ipss #lisboa #solidariedadesocial #DireitosSociais



Publicação da página facebook da vereadora Sofia Athayde

APECI LANÇA MUNDO SENSORIAL

A APECI - Associação Para a Educação de Crianças Inadaptadas – apresentou, em parceria com a AREPO - Ópera e Artes Contemporâneas, o projeto Mundo Sensorial, que promove a dinamização de histórias multisensoriais para pessoas com compromisso cognitivo e necessidades educativas especiais. ●●



PLANO LISBOA 65+

A UDIPSS Lisboa promoveu, no dia 26 de janeiro, um encontro com IPSS, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, através da Vereadora Sofia Athayde, do pelouro dos Direitos Sociais. A iniciativa pretendeu dar a conhecer o Plano de Saúde municipal gratuito para lisboetas com 65 ou mais anos de idade. Este Plano, criado pela autarquia, disponibiliza teleconsultas, assistência médica ao domicílio e transporte de ambulância. A inscrição é gratuita e pode ser feita nas farmácias aderentes e online <https://65mais.lisboa.pt/> ●●





CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO



O Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião, é uma Instituição de Solidariedade Social fundada em 2004, que se destaca na Comunidade pelo seu **sentido de humanismo e de “casa”, um espaço onde nos sentimos bem e confortáveis, princípios e valores que inspiram toda a Equipa que presta os seus serviços centrados na Missão da Instituição que é servir para promover a dignidade humana.**

Ao longo dos anos, temos vindo a crescer e a abraçar vários projetos que dão resposta às necessidades da nossa Comunidade.

A dedicação e compromisso com o crescimento e desenvolvimento das competências pessoais e humanas das nossas crianças, inicia-se no berçário e acompanha o seu crescimento até ao 1º ciclo. Procuramos cultivar uma relação técnica e pedagógica com os utentes e seus familiares baseada na amizade, confiança e valores educativos e de conhecimentos.

Os familiares que deixam ao nosso cuidado os seus filhos, pais e avós, conseguem através dos seus rostos, perceber a admiração e carinho que nutrem pela nossa Equipa, que todos os dias lhes dedica o seu tempo, carinho e entrega.

Identificamos nos nossos seniores um legado de sabedoria pelo qual nutrimos um grande respeito. Diariamente, através do SAD (serviço de apoio domiciliário), vamos até às suas casas e tratamo-los com respeito e admiração, pelas pessoas que foram e que são, respeitando a sua identidade e valores, com o objetivo de terem a melhor qualidade de vida e desenvolvendo as suas capacidades e independências para que tenham uma grande esperança de vida.

Perante a grave crise social prestamos mensalmente apoio a algumas das famílias mais vulneráveis da nossa Comunidade, cedendo apoio alimentar que, apesar de não saciar a totalidade das suas necessidades, é um projeto que





pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social.

Diariamente, apoiamos e orientamos as pessoas desempregadas do nosso Concelho, informando-as e capacitando-as para a sua (re)integração no mercado de trabalho.

Perante as famílias e jovens em situação de risco psicossocial, desenvolvemos as competências parentais, pessoais e sociais nas famílias, atenuando as situações de risco identificadas e promovendo um desenvolvimento pessoal e social da criança/jovem.

Em parceria com o Instituto da Segurança Social e a Câmara Municipal de Odivelas, prestamos um serviço de Apoio Técnico à comunidade, que visa o atendimento, informação e orientação dos indivíduos e famílias. De forma semelhante, desenvolvemos um protocolo de RSI (rendimento social de inserção), do qual somos tutores de 200 dos processos da nossa Comunidade.

Este ano, inauguramos novas respostas e novos espaços.

Duplicamos as nossas vagas de creche, com a abertura de mais três salas, aumentamos a nossa capacidade de resposta no Serviço de Apoio Domiciliário, inauguramos uma cozinha no interior da Instituição, melhorando os nossos serviços de alimentação para a Comunidade e **inauguramos duas respostas novas com Acordo de Cooperação com o ISS** – Centro de Dia, direcionado a pessoas com demências, e Centro

de Atividades e Capacitação para a Inclusão, direcionado para adultos com deficiência.

Somos uma Instituição certificada pela APCER- Associação Portuguesa de Certificação, no âmbito da Qualidade, na norma ISO 9001:2015, desde 2017. Se antes já existia uma preocupação com a qualidade dos nossos serviços e com a melhoria contínua, desde a nossa certificação que se tornou um requisito imprescindível para o nosso dia-a-dia.

Os desafios das novas realidades que abraçamos este ano estimulam o nosso crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional. Temos a clareza das metas que desejamos alcançar e iremos manter o foco e a motivação ao longo de todo o processo.

Com o aumento do número de Colaboradores na Instituição, impulsionamos não só o desempenho de toda a Equipa como aumentamos a eficiência, a produtividade e o bem-estar de todos os colaboradores que intervêm, diariamente, para dignificar todos os utentes que procuram esta casa.

O nosso propósito é **“Servir para Dignificar”**, é o lema da Instituição e revela-se nas nossas prestações de serviços diários. É na entrega que alcançamos o nosso sucesso. A nossa jornada é muitas vezes desafiadora e revela alguns obstáculos a serem ultrapassados, no entanto, com o esforço da toda a equipa de colaboradores, direção, voluntários e comunidade em geral, o Centro Social Paroquial quer continuar a ser um lugar de pessoas para pessoas.

Esperamos continuar este caminho por muitos mais anos, e continuar a abraçar os desafios que se avizinham, com a certeza de que marcamos a vida de muitas pessoas e que contribuímos diariamente para melhorar a sua qualidade de vida. ●●

**“Se não se arriscar algo por Deus nada de grande se fará”
(S Luís Maria de Montfort)**

Direção e Colaboradores





POR UM MELHOR FUTURO

Com votos de bom e produtivo trabalho para o novo Governo de Portugal no início de funções. Lemos com muito interesse o Programa de Governo, procurando encontrar as respostas para o Setor Social Solidário, pois há respostas urgentes a este setor, que tardam em chegar.

É sabido que um Governo tem a missão de atender às necessidades globais do país em áreas tão distintas como empresas, seja qual for o setor produtivo, meio ambiente, recursos naturais, a todas as pessoas em qualquer momento no ciclo da vida, mas também tem de atender e estar atento a alianças e parceiros internacionais, perigos globais ou regionais que atingem direta ou indiretamente Portugal, preparando o futuro e dando resposta ao presente.

Esta é uma missão nobre, na procura de um equilíbrio de todos os fatores que formam este complexo sistema nas

suas vertentes matemáticas, filosóficas e antropológicas.

O Setor Social Solidário contribui para o equilíbrio deste sistema, integrando, desenvolvendo e cuidando das pessoas que vivem em Portugal, sem discriminação de raça, nacionalidade, ideologia, religião, condições financeiras, nível educacional ou qualquer outro fator que possa ser de exclusão entre seres humanos.

O Setor Social Solidário, constituído por milhares de IPSS semeadas por todo o território nacional, com os seus dirigentes, voluntários, trabalhadores, associados, cooperantes e apoiantes, reúnem e mobilizam uma massa humana de volume superior a qualquer outra organização ou setor deste nosso país. A motivação altruísta deste setor deve ser observada, reconhecida e recompensada por qualquer governo.

As IPSS têm sofrido quase em silêncio o degradar das



@parlamento.pt

condições que encontram para realizar a sua missão.

- Faltou um programa eficaz de apoio ao voluntariado, que reconheça quem dedica tanto do seu tempo ao serviço gracioso aos seus concidadãos, que contribui com as suas competências, capacidades e conhecimento para o desenvolvimento de projetos e de respostas sociais.

- Faltou o devido pagamento ou participação do Estado pelo serviço que as IPSS prestam a Portugal, serviço esse consagrado na Constituição da República Portuguesa. O valor compartilhado pelo estado tem-se esborado pela pouca atualização dos montantes “negociados” com os Ministérios que têm a obrigação de assegurar meios financeiros para que as IPSS possam trabalhar. São esses mesmos Ministérios que



regulam e que limitam os rendimentos das IPSS, por via das comparticipações de Estado, por via dos normativos que limitam as comparticipações familiares, por via dos critérios de admissão que impõem às respostas das IPSS, pelos poucos benefícios fiscais que atribuem ao setor e pelos imensos requisitos dos regulamentos exigidos para as atividades que as IPSS desenvolvem.

- Faltou uma cultura de respeito e de reconhecimento ao serviço público desenvolvido pelas IPSS por parte de dirigentes e diretores dos Organismos Públicos do Estado, que reiteradamente passam para a opinião pública que entregam imenso dinheiro para as organizações deste setor. Dessa forma parece que pagam os serviços prestados, mas tal não se verifica. O Estado “paga” bastante menos de metade do serviço que as IPSS entregam aos cidadãos, por isso não paga, comparticipa com dinheiro que provem dos impostos e das taxas de todos os cidadãos do país e ainda de alguns fundos da União Europeia.

No que diz respeito ao Programa do Governo, este setor espera que, mesmo não constando explicitamente no texto, a sua aplicação permita que possam ser incluídas orientações na direção correta. Nomeadamente:

- **Maior articulação entre os serviços dos Ministérios da Solidariedade e Ação Social com o da Educação e com o da Saúde**

Se o Governo decide que a educação Pré-escolar integra também as respostas de Creches (ponto 7.1.3 do Programa do Governo), deve assegurar um cenário melhor que o vivido na articulação interministerial no Pré-escolar.

Nesta resposta já existem dois “donos” para fiscalizar e para definir limites, mas nenhum deles assume a resolução dos problemas que há anos temos relatado e que persistem. Não é salutar que o mesmo mal venha a ser aplicado às Creches.

- **Aumento urgente dos valores dos acordos de cooperação**

Os últimos 10 anos retiraram a necessária capacidade financeira das IPSS, quer pelos aumentos insuficientes das comparticipações da Segurança Social, quer pelas limitações introduzidas por força de regulamentos de pagamentos das famílias e dos aumentos decretados do Salário Mínimo Nacional. **As IPSS perderam 25,2% de**

resultados de exploração entre 2014 e 2023, fator que contribui para a dificuldade de sobrevivência das Instituições que gerem as Respostas Sociais em Portugal.

Este prejuízo é sistémico, todos os anos as IPSS têm →

piores resultados face aos anos anteriores, sendo forçadas a **reduzir meios de prestação do seu serviço, comprometendo a qualidade do serviço e mesmo pondo em causa a sua sobrevivência.**

Os colaboradores das IPSS merecem melhores condições remuneratórias e mais benefícios pelo esforço e dedicação, mas para isso há que poder fazê-lo.

Esta queixa é silenciosa, não se divulga pelos meios de comunicação social, não se provoca desordem social, contudo, há um sentimento de revolta generalizado nos Dirigentes das IPSS porque cada vez têm menos para oferecer a quem usa os seus serviços, limitando ao essencial, porque o dinheiro escasseia.

Pede-se ao Governo que nos oiça e que responda, sem ser necessário gritar pelas ruas, antes que encerrem mais serviços sociais essenciais à população.

• **Aumentar a previsibilidade para melhor gestão**

Todos os anos há uma “negociação” dos acordos de cooperação entre Governos e Organizações representativas de IPSS, e todos os anos as IPSS desenvolvem atividade durante meses, sem saber com que receitas vão poder contar para esse ano, porque as “negociações” tardam.

É importante que se estabeleça um mecanismo que reflita automaticamente uma variação do valor dos acordos em função da variação dos fatores que formam os custos das respostas sociais. Na realidade deviam existir atualizações automáticas pela inflação e pela variação do Salário Mínimo Nacional.

Consideramos normal, e mesmo salutar, que uma parte das variações anuais dos acordos fique reservada para medidas de políticas sociais de cada governo, que em sede da “negociação” anual com o Setor sejam definidos. Mas a base para a gestão tem de ser conhecida logo na fase da orçamentação que cada IPSS faz em novembro do ano anterior.

• **Reconhecer a importância do voluntariado e incentivo ao mesmo nas IPSS**

Quem se disponibiliza para desenvolver serviço comunitário voluntário não o faz por contrapartidas materiais,

mas talvez espere algum reconhecimento, pelo trabalho que é feito com esforço pessoal que nem todos estão dispostos a fazer. Mas o que garantidamente não espera é vir a ser desconsiderado por ter tido notoriedade e ter feito obra, algo que tem sucedido aos dirigentes de IPSS.

O que deste mal foi feito no passado, traz aos tempos atuais um problema de fundo. Há menos jovens a associarem-se a causas sociais e a serem voluntários para gerir organizações e projetos neste setor.

Seria importante o Governo reconhecer o trabalho voluntário nas IPSS, através de, por exemplo: bonificação/comparticipação para o seguro de Acidentes Pessoais obrigatório; bonificar tempo para a Reforma por longas carreiras de voluntariado, ou atribuir Benefícios fiscais, ou redução de alguma taxa...

• **Respeitar a autonomia de cada Instituição deste setor**

Recentemente assistimos a algum desnorte de governantes que definiram regras de acesso aos serviços das IPSS, esquecendo a génese de cada IPSS. Estas organizações deixaram de poder aplicar vantagens para os seus sócios ou cooperantes, inclusive a mera prioridade de acesso a serviços. Sabemos bem que sem sócios não existe associação, sem cooperantes não há cooperativa, sem essas organizações perde-se a maioria das IPSS. Esse mal tem de ser resolvido de imediato.

Neste Programa de Governo reconhecemos que houve pensamento para as IPSS e preocupação em melhorar alguns pontos, como o aumento da Consignação do

IRS para 1%, desenvolvimento de programas de capacitação para os gestores voluntários e intenções de aumentar a previsibilidade do financiamento às atividades e serviços.

Pela nossa parte estamos, como sempre, disponíveis para dialogar e trabalhar na criação das condições, para a reposição da notoriedade do setor e para indicar oportunidades de melhoria que beneficiam toda a população de Portugal. ●●



CARLOS CÉSAR
VICE-PRESIDENTE UDIPSS LISBOA

141º ANIVERSÁRIO A VOZ DO OPERÁRIO

A data de aniversário da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário foi comemorada no dia 13 de fevereiro. A festa foi realizada no dia 24 de fevereiro, com muita animação e convívio.

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, marcou presença no evento. ●●



CAMPANHA "NÃO SE ACEITA, PONTO!"

Lançada no dia 14 de fevereiro, esta campanha nacional alerta para a importância da prevenção da violência no ciclo de vida, tratando-se de uma realidade transversal a toda a sociedade e a todas as faixas etárias.

É uma iniciativa da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, da

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação, da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais. ●●



"COMO QUEREMOS ENVELHECER?"

Este foi o mote do Encontro/Reflexão promovido pelo Pólo Comunitário Os Amigos de Sempre, no dia 13 de janeiro.

O presidente da UDIPSS Lisboa, José Carlos Batalha, foi um dos oradores convidados. ●●





UDIPSS LISBOA LANÇA ALERTAS EM CAMPANHA ELEITORAL

No contexto das últimas eleições legislativas, a UDIPSS Lisboa tomou posições públicas para alertar para a falta de debate político sobre as questões do Setor Social Solidário e das IPSS. Não se ouviu duran-

te os debates televisivos nem nas ações de campanha eleitoral, palavras ou propostas dos candidatos sobre este Setor. Partilhamos os textos divulgados nas redes sociais. ●●

E O SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO, SENHORES CANDIDATOS, SENHORES JORNALISTAS?

Assistimos a uma série de debates televisivos que anteciparam a Campanha das Eleições Legislativas de 10 de março.

Pelas diferentes televisões desfilaram os candidatos de vários partidos, apresentando os seus programas e as ideias do que consideram ser o melhor para Portugal.

Alguém ouviu algum dos candidatos falar das Instituições Particulares de Solidariedade Social? Ou alguma pergunta dos jornalistas sobre as IPSS?

Em algum debate os candidatos foram questionados sobre o que pensam fazer para o Setor Social Solidário? Quais as medidas que tencionam aplicar no 3º Setor, onde estão mais de 3 mil Instituições Particulares de Solidariedade Social?

Senhores Jornalistas, não interessa apenas o SNS, o próximo aeroporto ou a justiça, ou mesmo o protesto dos polícias. São temas relevantes, não há dúvida. Mas há mais País para além disso!

E as pessoas – os milhares de pessoas que trabalham na Economia Social, e outros milhares que são os utentes e as suas famílias – merecem ouvir uma palavra, uma medida, uma ideia, por mais simples que seja, do que os

candidatos a primeiro-ministro pensam do Setor Social e Solidário.

Infelizmente, esta ausência do tema nos debates eleitorais não é novidade... É sempre assim!

E agora vai arrancar o período da campanha eleitoral e nas voltas pelo País real, os candidatos lá vão andar a “conhecer” as IPSS e a prometer atenção se forem eleitos. É sempre assim. Mas pode ser diferente desta vez!

A União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social apela aos Senhores Candidatos e Candidatas que procurem conhecer as IPSS, as suas necessidades e desafios, como funcionam e o que pode e deve ser melhorado nas políticas sociais.

A UDIPSS Lisboa, que representa cerca de 500 Instituições, apela aos Senhores Jornalistas que também escolham o tema da Economia Social para as entrevistas e reportagens sobre as próximas eleições.

O Setor Social e Solidário interessa a muitos eleitores, que são telespectadores, ouvintes e leitores dos Meios de Comunicação Social.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2024.

NÃO SE FALA DISTO!

Durante a campanha eleitoral

Não se falou de pobres, não daqueles imaginários de um país que não existe, mas daqueles da realidade da vida portuguesa, que cruzam as cidades, as vilas e as aldeias todos os dias!

Não se falou de trabalhadores pobres

De famílias pobres! Não de umas quaisquer famílias de um qualquer outro mundo que se imagine, mas daqueles milhares de famílias a quem pouco sobra para viver todos os dias, daquelas que são como nós, vizinhos nossos, a quem poucos conhecem a fome, o frio, a dor de não ter futuro!

Por não se falar da realidade do país, dos desafios concretos das pessoas, não se falou por isso das IPSS que matam a fome, que tapam do frio, que protegem do mais sombrio abismo da desumanidade da exclusão social!

Não se falou das instituições que diariamente salvam a vida de milhares de pessoas!

Que diariamente, com a sua ação notável, mas pouco notada, são o manto protetor constante de milhares de famílias e milhões de pessoas!

As IPSS

Que educam

Que cuidam

Que curam

Que garantem abrigo

Que inserem na sociedade

Que permitem as famílias sonhar com futuro!

Imaginemos um País sem as IPSS

Sem a resposta assegurada a famílias, crianças, jovens, idosos, doentes, pessoas com deficiência, pessoas sem teto, com fome... com vergonha de terem fome.

Sem nós, os temas da campanha seriam muito diferentes! Sem nós, as IPSS, a pobreza seria um assunto impossível de negar, de desviar o olhar!

São as IPSS o verdadeiro e único sistema nacional de proteção social de inclusão de garantia de dignidade humana!

As IPSS são a rede salva-vidas do estado que queremos; do estado social; do estado democrático!

Todos os cidadãos em alguma fase da sua vida irão necessitar de apoio social! E esse será possivelmente garantido por uma IPSS!

Somos nós o pilar fundacional do Estado!

Nunca em vez do estado, nunca por favor do estado, mas parceiros de um estado social próprio da Democracia que desejamos!

A campanha falou, e não se falou de pessoas! Destas tantas que este setor apoia, salva, cuida!

E não se falou!

Como não se fala do futuro das pessoas!

O futuro lamentará ruidosamente o silêncio destas semanas.

Lisboa, 8 de março de 2024.

AGENDA

ABRIL - DIA 25

Celebram-se **50 anos** da Revolução de 1974

MAIO - DIAS 6 E 7

IV Congresso Europeu sobre Uma Justiça Amiga das Crianças



DIA 8

Dia Mundial da Segurança Social

É uma data aproveitada para a reflexão sobre o pilar da proteção social, que deve ser pública, solidária e universal.

DIA 10

Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual

Celebrado pela primeira vez em Portugal, na sequência da aprovação, no Parlamento, da petição apresentada pela Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental.

JUNHO - DIA 9

Eleições Parlamentares Europeias



10 DE JUNHO

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades

VAI ACONTECER...

ENCONTROS CONCELHIOS

A UDIPSS Lisboa vai promover encontros concelhios (descentralizados) com IPSS Associadas e não Associadas, autarquias e entidades locais da rede social.

FESTA DA SOLIDARIEDADE

O Conselho Geral da CNIS escolheu Bragança para receber, este ano, a Festa da Solidariedade.

25
DE ABRIL

**VIVA A
LIBERDADE**



UNIÃO DISTRITAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

 Rua Amílcar Cabral, nº7, r/c - D, 1750-018 Lumiar, Lisboa

 21 758 1024 (chamada para a rede fixa nacional)

 secretariado@udipss-lisboa.pt

Envie notícias e sugestões para o email: udipss.lisboa.comunicacao@gmail.com

O Boletim da UDIPSS está disponível no site www.udipss-lisboa.pt

 www.udipss-lisboa.pt

 <https://www.facebook.com/UDIPSS.Lisboa.oficial>

 https://www.instagram.com/udipss_lisboa_oficial/